

CURRÍCULO COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NO BRASIL

Hoje a ciência se faz presente na vida das pessoas contribuindo para o entendimento da realidade e as mudanças necessárias para que o indivíduo viva plenamente.

É importante entender as transformações que ocorrem no mundo compreendendo as questões científicas e tecnológicas presentes no cotidiano. A educação está a serviço da população que busca o bem comum. Uma educação libertadora contribui para que o homem se torne sujeito do seu próprio desenvolvimento, transformando seu contexto social, não se deixando manipular, desenvolvendo suas potencialidades, humanizando-se no exercício da responsabilidade que tem frente às mudanças sociais.

Ao criar o clube de ciências, trabalhamos o desejo pela pesquisa e a construção de novos conhecimentos (Lima, 1998), utilizando os princípios da alfabetização científica, como ferramenta de transformação, problematizando suas relações sociais, culturais, econômicas, familiares e o seu entorno com o mundo, permeada pelo desejo que incita a curiosidade, que traz a dinâmica de aprender com significado. Podendo o professor aprender com os alunos, revendo a prática a partir da teoria da academia, somado ao conhecimento pela convivência com a diversidade de indivíduos.

Através da pesquisa bibliográfica entendemos que, na intenção de proteger os territórios e alcançar novas áreas para dispersar suas ideologias, EUA e URSS, desencadearam a corrida armamentista, incrementando seus arsenais, através do investimento em tecnologia para desenvolver equipamentos militares e nucleares, além do aumento das tropas. Buscavam armas mortais e de destruição em massa, surgia à necessidade de investimento na educação para o ensino de física, química e tecnologia resultando na propagação da tecnologia aeroespacial e o aumento da rivalidade.

Em decorrência das crises econômicas, políticas e sociais dos países após segunda guerra mundial, permitiu-se o acesso das crianças de diferentes classes sociais

à educação para diminuir a desigualdade e transformar a sociedade, buscando políticas públicas que mudaria o cenário ao longo dos tempos.

Surge a sociologia da educação, problematizando categorias como: currículo, conhecimento, ensino, metodologia e avaliação (Moreira, 1990).

O conhecimento escolar passa a ser visto como socialmente construído assim como determina Goodson (1997 p 17) o currículo é um artefato social, concebido como manifestação de construções sociais, não neutro e cheio de significados.

Fazia-se necessário uma mudança, e o desafio era destacar as disciplinas tradicionais, que precisava ser reestruturado para seguir como um guia, cheio de intenções legitimadas pela sociedade.

Ressaltamos a força dos movimentos sociais nos quais os professores seriam porta vozes da comunidade acrescentando a ele sua história, interesses e conflitos. Sendo importante a relação entre o conteúdo e a forma das disciplinas escolares (Goodson, 1997, p 26).

Muito se passou até que a constituição de 1988 tratou das alterações referentes à economia, as relações de poder e relações sociais globais, nos últimos 20 anos, inserindo temas, rearranjando papéis, agrupando às instituições sociais segmentos historicamente marginalizados, sem, no entanto, mudar as relações sociais vigentes.

Ao realizar uma busca pelas leis que influenciaram a educação no Brasil, percebe-se que a educação foi tratada a partir dos interesses políticos dos Estados e do modelo econômico em vigência na época em que tais leis foram elaboradas.

A Carta de 1988 trouxe a educação sob perspectiva política e de interesse público que a inseriu como um direito social previsto no artigo 6º e que agora seria responsabilidade do estado e da sociedade desde a escrita da carta magna:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

Entende-se que, os direitos sociais são fundamentais, não excluindo os direitos civis e políticos. A concepção de educação, “reconhece uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individualização da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia” (Brasil, 2012).

O artigo 206 ressalta a igualdade de condições para o acesso à escola, a garantia de uma educação de qualidade, à valorização dos profissionais da educação e à

liberdade de aprender e ensinar, bem como o artigo 208 que institui o ingresso e permanência obrigatória dos alunos com a faixa etária dos 4 aos 17 anos, a universalização do ensino médio e o atendimento especializado as pessoas publico alvo da educação especial, propiciando ao cidadão o acesso ao conhecimento sem qualquer distinção, permitindo sua emancipação a partir do acesso aos saberes.

Para a constituição, a educação é um direito fundamental propiciado pelo reconhecimento da dignidade e construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com desenvolvimento da nação, com a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais em promoção do bem comum (GARCIA, 2012).

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, assim como a constituição, abriu espaço para ampliar o acesso e melhorar o financiamento do ensino no Brasil, sendo possível introduzir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e o Censo Escolar para ter conhecimento do desempenho de educadores e educandos.

Como a Constituição, a LDB foi sendo atualizada nestes 22 anos e para se fazer valer até hoje, precisou cruzar barreiras de governos contando com o Plano Nacional de Educação (PNE), que define metas e objetivos a serem alcançados a cada 10 anos.

Na LDB, são discutidos formação de professores, dias letivos, currículos, divisão das responsabilidades, definição da educação básica e tantos outros assuntos importantes para a educação.

Para regulamentar o currículo criou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que apontam a necessidade de mudanças urgentes no que ensinar, como ensinar, como avaliar e organizar as situações de ensino e de aprendizagem, discutindo e apontando alternativas metodológicas para a melhoria da qualidade do ensino. Utilizando aulas laboratoriais, de campo e aulas expositivas para melhor compreensão dos fenômenos, o professor como mediador e através do dialogo, possibilite ao educando aprender na prática, fazendo uma analogia entre os conhecimentos e a vida real, acabando com a fragmentação, uma cultura que atravessa saberes para intervirmos na realidade e transformá-la.

Conforme os PCN's, a educação cidadã unifica a ação educativa e as disciplinas, lidando com os temas transversais e interdisciplinares pela vivência em sociedade, seus

objetivos e conteúdos, agregando a diversidade a cada disciplina como meio para a ação pedagógica.

Com a aproximação do ensino das Ciências Naturais, Humanas e Sociais, reforça-se a concepção da Ciência como construção humana. A História e Filosofia da Ciência são importantes, pois, a partir dos conhecimentos das teorias do passado, pode-se ajudar o estudante a compreender as concepções do presente. Surgem as discussões sobre a relação educação e sociedade, em paralelo à "Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente" (CSTA), que são importantes para uma compreensão do mundo, interpretando os fenômenos da natureza, a partir de uma postura investigativa e reflexiva.

Mais recentemente, aprovamos a proposta que visa incrementar o currículo escolar, embora pouco se tenha estudado sobre ela. Agora aprovada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz diversos desafios aos alunos, professores e estruturas de ensino espalhados pelo país. Nas áreas de ciências são considerados os três eixos temáticos: Terra e Universo, Matéria e Energia e Vida e Evolução.

Diante desta lei o ensino deve ter mais investigação, o letramento científico deve ser desenvolvido ao longo do Ensino Fundamental e a tecnologia, objeto de estudo para resolução de problemas.

Considerações finais

Através da pesquisa bibliográfica é visível a importância do currículo como política pública e as modificações pelas quais passou ao longo dos tempos. É significativo lembrar que tais políticas são conquistas que tivemos, através dos diversos movimentos constituídos em nossa sociedade.

Muitas são as leis que corroboram para um currículo que possibilite ao sujeito entender seu papel na sociedade e possa agir com cidadania. No que se refere ao ensino de ciências, estar aonde chegamos é realmente uma vitória. Mas não podemos parar de lutar. Nossa educação está longe de ser ideal. Temos bastante a acrescentar quando sociedade e educação andarem juntas.

Referências

BRASIL. PDE – **Plano de Desenvolvimento da Educação. Governo brasileiro.** Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em 02 dez 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais.** 3ª Ed. Brasília: Secretaria de Educação, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Meio Ambiente e Saúde: Temas Transversais.** 3ª Ed. Brasília: Secretaria de Educação, 2001.

GOODSON. Ivor F. **A construção Social do Currículo,** 1997.

GARCIA, Emerson. **O direito à educação e suas perspectivas de efetividade.** Disponível em:

<<http://sid.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/geral/13odireitoaeducaoesuaspectivasdeefetividade.pdf>>. Acesso em: 02 dez 2018.

LIMA, Valdeez Marina do Rosário. **Clube de Ciências: contribuições à formação do educando.** 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MOREIRA, Antonio F. B. **Sociologia do currículo: origens, desenvolvimento e contribuições,** 1990.